

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

30 JANEIRO 2021



AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS FICAM MARCADAS PELA CRISE PANDÉMICA E PELA AGRESSIVIDADE DA ULTRADIREITA.

A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda saúda a disponibilidade e empenho de Marisa Matias e regista a importância de uma campanha socialista, feminista, antirracista e ecologista, na afirmação de uma resposta à crise e do combate à agressividade da ultradireita. Marisa protagonizou uma campanha corajosa e certa nas suas causas, cujos resultados ficaram longe do impacto real da candidatura e dos seus objetivos.

Sob a crise pandémica que secundarizou a visibilidade da campanha, foi mais difícil expor os bloqueios que a presidência de Marcelo Rebelo de Sousa promove, seja na permanência da troika na legislação laboral, na proteção dos grupos privados da Saúde ou na conformação com o programa europeu de concentração bancária paga pelos países da periferia do euro. Pelo contrário, os anos da geringonça deram a Marcelo créditos de garante de estabilidade. O confronto com Ventura associou ao presidente em funções a imagem de tampão ao crescimento da ultradireita.

Para esta folgada vitória à primeira volta contribuíram os eleitores mais moderados da direita, mas sobretudo os do Partido Socialista e até da esquerda. As votações de Ana Gomes (um segundo lugar muito aquém do conseguido por Sampaio da Nóvoa há cinco anos) e de João Ferreira (ao nível de Edgar Silva) também confirmam esta leitura. Os resultados, bem como os estudos e sondagens divulgados, indicam que boa parte das pessoas que no domingo se declararam eleitores do Bloco optaram pelo voto em Marcelo Rebelo de Sousa. Nestas circunstâncias de polarização, João Ferreira, que declarou a sua esperança de receber o voto de setores socialistas, ficou longe do pleno no eleitorado do PCP. Sem surpresa, a generalidade dos eleitores do PS, que se tinham mobilizado sobretudo na candidatura de Sampaio da Nóvoa, desta vez,

concentraram-se na reeleição do presidente. Ana Gomes, que procurou explorar tensões internas do PS, captou uma parte muito pequena do eleitorado do seu partido. Não se confirmaram as expectativas de quem, em particular no PS, esperava destas presidenciais um pronunciamento popular, por prémio ou punição, acerca das diferentes posições à esquerda perante o Orçamento do Estado para 2021.

As eleições presidenciais confirmaram ainda a reconfiguração da direita. Com o CDS esvaziado e o PSD em perda, os setores mais reacionários destes partidos reúnem-se em torno de André Ventura, ele próprio vindo do PSD. Ventura procurará, numa imitação da estratégia de Donald Trump, utilizar esta visibilidade ampliada para atrair ao seu projeto setores populares empobrecidos e frustrados com a governação, bem como setores da burguesia que aspiram ao esmagamento dos direitos sociais. Mas o suposto partido “anti-sistema” já deixou bem claro ao que vem, prometendo-se ao PSD para lugares de poder. Na noite eleitoral, Rui Rio mostrou reciprocidade e admitiu que o projeto de poder do PSD também passa pelo Chega. Mas a direita está longe de ter uma maioria que permita qualquer posição decisiva. Pelo contrário, ao tentar normalizar o Chega, o PSD confina-se ao reduto eleitoral que aceitaria a perspetiva de um governo com a extrema-direita, oferecendo a António Costa a representação do centro político. Ao invés de mostrarem um sistema político em crise, os resultados das eleições presidenciais mostram uma reconfiguração do campo da direita tradicional, a que se associam os projetos de poder dos dois maiores partidos.

Neste contexto, o Bloco de Esquerda sublinha que a crise que importa prioritariamente combater, é a crise pandémica e social. O combate à extrema-direita não pode facilitar a sua ocupação do centro da disputa política. Só a afirmação de alternativas à esquerda e respostas exigentes contra a crise poderão relegar o extremismo ao lugar marginal que deve ser o seu.

A PRIORIDADE DO BLOCO É A RESPOSTA À CRISE NA SAÚDE, NO TRABALHO, NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE

Portugal registou os primeiros casos de Covid há quase um ano e atinge agora o período mais crítico da pandemia. A pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde e a crise social e económica agudizam-se. A crise pandémica não é um sobressalto temporário; o perigo sanitário prolonga-se e os seus efeitos serão estruturais.

O Bloco afirma uma resposta de esquerda à crise e confronta o governo com as questões centrais deste tempo: o reforço do Serviço Nacional de Saúde, a resposta à crise social e o investimento para recuperação do emprego e da economia. São essas medidas, excluídas pelo governo do Orçamento para 2021, que continuam a ser prioritárias para Portugal.

A requisição do setor social e privado, colocando toda a capacidade instalada de Saúde sob a tutela e organização do SNS, é essencial para aumentar a capacidade de resposta em cuidados prioritários, Covid e não-Covid, favorecendo condições de igualdade no acesso a cuidados urgentes. Esta integração dos profissionais e meios disponíveis tem de ser acompanhada do reforço do investimento e da valorização das carreiras do SNS. Se tal não for feito, o desgaste a que a pandemia sujeita o SNS não será recuperado e levará à degradação irreversível do SNS. Esse é o plano dos grupos privados da Saúde, que procuram resguardar-se, esperando vir a absorver boa parte das atuais respostas do SNS e do seu financiamento.

A falta de investimento e a ausência de soluções para os problemas estruturais na Escola Pública marca também a fragilidade na resposta à pandemia. O regresso ao ensino não presencial por tempo indefinido não foi preparado pelo Governo, desde logo na promessa de distribuição de computadores, e ameaça agravar as desigualdades.

A combinação entre encerramento de equipamentos sociais, ausência de apoios às cuidadoras informais e fragilidade dos serviços públicos penaliza desproporcionalmente as mulheres. As mulheres partem para qualquer crise em situação de desvantagem; ganham menos e são mais precárias, mas estão em maioria na linha da frente do combate à

Covid-19 e nos setores de atividade mais afetados pela crise. A convivência permanente entre agressores e vítimas ofereceu as condições ideais para um maior controlo e uma menor oportunidade para denunciar e pedir ajuda. Os dados do estudo mais recente revelam uma realidade ainda mais devastadora: 34% das vítimas foram alvo de violência doméstica pela primeira vez durante a pandemia.

As populações dos territórios periféricos e as pessoas migrantes e racializadas estão também desproporcionalmente expostas à crise e sofrem os seus efeitos com agravada violência. As medidas de combate à crise têm de ter em conta as desigualdades estruturais.

Os apoios sociais, a proteção do emprego e o reforço dos serviços públicos essenciais são centrais na promoção da coesão social e territorial e na proteção contra a pobreza. Os últimos meses agudizam os efeitos da precariedade: sem proteção no emprego, largas camadas da população enfrentam a tempestade económica e social tendo ficado de fora da prorrogação das prestações de desemprego, sendo excluídas dos apoios extraordinários por conta da condição de recursos, ou com valores de apoio muito abaixo do limiar de pobreza. A justiça das críticas do Bloco aos recuos do Orçamento do Estado na proteção social é hoje evidente. O reforço imediato dos apoios sociais, e a necessidade de uma nova ambição na proteção social, com apoios mais abrangentes e com limiares acima da pobreza, é uma exigência fundamental para o país e para a esquerda.

As dificuldades do país agravam-se pela contenção na resposta à crise. Estamos hoje entre os países europeus mais fustigados pela pandemia mas também entre aqueles que menos investem na resposta à crise. O défice de 2020 ficou abaixo do previsto porque o governo, perante a crise, optou por não executar 3500 milhões de euros orçamentados em 2020. Esta opção é ultrajante face aos efeitos da crise e à exiguidade dos apoios estabelecidos em 2020 e para 2021. A contenção orçamental é hoje de uma enorme imprudência: o baixo investimento acentua a dinâmica da crise e dificulta e atrasa a recuperação da economia.

MOBILIZAÇÃO, DEBATE E ORGANIZAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA

O Bloco adaptou a sua atividade às condições exigidas para a proteção da Saúde pública, mas essa adaptação não significa menos atividade ou menos participação de aderentes.

A Mesa Nacional promoverá com todas as distritais plenários de aderentes para balanço das eleições presidenciais e debate sobre as prioridades de intervenção no Bloco no atual quadro político.

A Mesa Nacional convoca o debate sobre a estratégia e prioridades para as eleições autárquicas, delegando na Comissão Política a organização de uma Conferência Autárquica a decorrer no próximo mês.

A Mesa Nacional decide ainda lançar uma campanha de novas adesões. No rescaldo das eleições presidenciais, foram muitas e muitos os que decidiram aderir ao Bloco. Esse movimento de reforço pode e deve ser alargado.

Todas as iniciativas, incluindo de preparação e realização da Convenção Nacional, devem ser adaptadas para garantir a proteção da saúde pública.

O Bloco de Esquerda saúda a aprovação, pelo parlamento, da despenalização da morte assistida.

Contra as campanhas do medo e do fundamentalismo, um amplo movimento de unidade pela tolerância e pelo respeito dos direitos de cada um soube triunfar no parlamento e, mais que isso, ganhar a grande maioria da sociedade portuguesa para esta causa. Em tudo isso, o papel do João Semedo foi fundamental. A sua luta exemplar é um desafio para todas as lutas em que o Bloco se empenha.